

Comitê do Rio São Francisco realiza o I Simpósio da Bacia

Com o intuito de reunir pesquisadores e acadêmicos de todo o país para apresentarem estudos que contemplam a bacia hidrográfica do rio São Francisco, o Comitê do Velho Chico, juntamente com o Fórum de Pesquisadores de Instituições de Ensino Superior da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco realizará, de 05 a 09 de junho de 2016, nas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), o I Simpósio da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – I SBHSF. Com o tema central “Integrando o conhecimento científico em defesa do rio”, o evento foca cinco eixos temáticos, governança, qualidade da água, quantidade da água, recuperação ambiental e dimensão social, na expectativa de estabelecer o estado atual de conhecimento sobre esse rio de extrema importância nacional. Para inscrições e mais informações acesse: www.sbhhsf.com.br

Sancionada lei que altera estruturas do Sisema

No dia 29 de abril, foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais a sanção da Lei 22.073 de 2016, que altera a Lei 21.972 de 2016, sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema). A matéria tramitou na Assembleia Legislativa na forma do Projeto de Lei (PL) 3.174/16, aprovado em Plenário, no dia 13 de abril. A norma adequa as estruturas orgânicas básicas das entidades do Sisema ao modelo de organização administrativa do Estado, sem vícios de iniciativa e de simetria. As ordenações alteradas são da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). A lei insere a Diretoria de Administração e Finanças entre as unidades administrativas da Feam; as Diretorias de Controle, Monitoramento e Geotecnologia e de Administração e Finanças, no IEF; e as Diretorias de Operações e Eventos Críticos e de Administração e Finanças, no âmbito do Igam. Essas diretorias haviam sido criadas por iniciativa parlamentar, quando da tramitação do PL 2.946/15, do governador, que deu origem à Lei 21.972. Leia mais: www.abes-mg.org.br



Divinópolis sediou o primeiro encontro, nos dias 5 e 6 de maio

ABES prestigia workshops regionais do Crea

O Oficina de Projetos, programa de estímulo à cultura do planejamento e acompanhamento de resultados, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-Minas), deu início a uma série de ações e promove, de 5 de maio a primeiro de julho, oito encontros regionais, (Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Pouso Alegre, Montes Claros, Uberlândia, Patos de Minas e Belo Horizonte). O objetivo é disseminar a experiência em gestão de projetos da sede, para as unidades administrativas do interior, valorizando interesses locais e a percepção da engenharia como bem social. O trabalho vai identificar e apoiar ao menos um projeto local em cada inspetoria e escritório de representação do Crea, que somam 79 unidades em Minas. Também serão realizados, o “Café Empresarial”, que apresentará ao público o recém-criado Colégio Estadual de Empresas, e os workshops sobre políticas públicas, meio ambiente e recursos hídricos, ministrado pela Câmara Temática de Meio Ambiente do conselho. Representantes da ABES-MG prestigiarão o evento em cada uma das regionais. Leia mais: www.abes-mg.org.br

Sedru elabora diagnóstico dos consórcios de RSU

Uma pesquisa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru), em parceria com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), traçou o perfil dos Consórcios Públicos de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em Minas Gerais. O resultado do trabalho vai direcionar a política estadual de consórcios públicos, no intuito de promover o desenvolvimento regional por meio de soluções integradas e viáveis para os municípios, sobretudo na adoção de medidas compartilhadas para a disposição ambientalmente adequada de resíduos, em cumprimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei 12.305/2010). Em Minas, já foram formados 37 Consórcios de Resíduos, o que corresponde a 348 municípios e uma população de 7 milhões de habitantes. No entanto, os Consórcios apresentam fragilidades técnicas, operacionais e na formatação de sua personalidade jurídica. Haja vista o baixo percentual de consórcios que elaboraram o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), instrumento obrigatório segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Acesse: www.abes-mg.org.br e saiba mais.